

Extensão universitária como práxis emancipatória

University extension as an emancipatory praxis

Yukari Yamauchi Moraes^a

 <https://orcid.org/0000-0001-8730-7053>

Eliana Bolorino Canteiro Martins^a

 <https://orcid.org/0000-0002-7796-8437>

Maria José de Oliveira Lima^a

 <https://orcid.org/0000-0002-2561-8929>

Resumo: Este relato de experiência constitui o desdobramento das atividades de ensino e pesquisa realizadas na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Franca), com o objetivo de apresentar uma análise crítica da extensão universitária como dimensão político-educativa. A metodologia fundamentou-se na revisão bibliográfica e documental, ancorada no referencial crítico-dialético. Os resultados evidenciam as potencialidades da práxis extensionista como mediação para legitimar uma educação que transcenda os muros da universidade.

Palavras-chave: Extensão universitária. Ensino superior público. Serviço Social.

Abstract: This experience report is the result of teaching and research activities carried out at FCHS — Unesp/Franca, aiming to present a critical analysis of university extension as a political-educational dimension. The methodology was based on bibliographic and documentary review, grounded in the critical-dialectical framework. The findings highlight the potential of extension praxis as a mediation to legitimize an education that transcends the university walls.

Keywords: University extension. Public higher education. Social Work.

^aUniversidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Franca/SP, Brasil.

Recebido: 26/2/2025 ■ **Aprovado:** 30/4/2025

Introdução

Este artigo aborda o relato de uma experiência de ação extensionista comunicativa (Freire, 2014),¹ decorrente das atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas na disciplina “Gestão social e planejamento social”, do curso de graduação em Serviço Social, no contexto da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Unesp, *campus* de Franca (SP). O interesse na realização dessa ação foi fomentado pela vivência do estágio de docência, no âmbito do mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação da referida universidade, realizado por uma das autoras durante o primeiro semestre de 2023.

É relevante destacar que essa iniciação extensionista envolveu a realização de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, como parte integrante do processo avaliativo da referida disciplina. Nesse contexto, o objetivo proposto pela atividade avaliativa foi propiciar aos discentes do 4º ano do curso de Serviço Social (turmas matutino e noturno), matriculados na disciplina “Gestão social e planejamento social”, a rica experiência na elaboração e na condução de uma pesquisa de campo, bem como oportunizar a vivência de uma ação extensionista comunicativa por meio da socialização dos resultados coletados e da sistematização do debate acerca do objeto de estudo, que melhor será aprofundado nas discussões a seguir.

Posto isso, esclarecemos que os sujeitos propositores dessa experiência extensionista foram a estagiária do estágio de docência e a própria docente responsável pela disciplina. Outrossim, participaram ativamente os discentes integrantes da referida disciplina, que foi ministrada no 4º ano do curso de graduação em Serviço Social, da unidade de ensino.

Esses estudantes desempenharam dupla função: a princípio, como colaboradores na construção coletiva do projeto de pesquisa e,

¹ A extensão comunicativa, fundamentada no pensamento de Paulo Freire (2014), constitui um processo dialógico que transcende a mera transmissão de informações, promovendo a construção coletiva do conhecimento.

posteriormente, como participantes da pesquisa de campo e da socialização dos resultados. Desse modo, essa participação deles não se limitou a um envolvimento passivo, mas se deu de forma propositiva, articulada, assumindo papéis ativos na formulação de objetivos, no planejamento dos procedimentos metodológicos, na coleta de dados e na análise preliminar dos resultados. Essa atuação foi orientada e supervisionada pela estagiária de docência (mestranda) e pela docente responsável, respeitando-se o princípio da formação crítica e dialógica que orienta a formação profissional em Serviço Social.

Ademais, a iniciativa abrangeu o corpo discente da FCHS (Unesp), alunos matriculados regularmente no primeiro semestre de 2023 — nos cursos de Serviço Social, Relações Internacionais, Direito e História —, os(as) quais foram convidados(as) para participar da pesquisa de campo. A ampla adesão² demonstrou o interesse da comunidade acadêmica pela temática, mobilizando o debate interdisciplinar sobre as condições de acesso e permanência na FCHS da Unesp, *campus* de Franca (SP).

No que concerne à delimitação do tema, o projeto da pesquisa de campo foi nominado “A gestão da permanência estudantil: análises para a construção de uma política de assistência estudantil na FCHS — Unesp, *campus* de Franca”, e teve como objetivo geral avaliar as ações de permanência estudantil desenvolvidas na referida instituição, no período de março a junho de 2023.

O procedimento metodológico desenvolvido na pesquisa de campo abrangeu: (i) levantamento e compreensão da realidade; (ii) elaboração de instrumentais para o processo de coleta de dados; (iii) aplicação de instrumentos para a obtenção de dados e informações (via formulário Google Forms); e (iv) organização e análise dos dados. Ademais, as responsáveis pela condução do estudo assumiram o compromisso ético em submeter o referido projeto para o Comitê de Ética em Pesquisa e apresentaram

² No total, a pesquisa de campo obteve a participação de 120 discentes; no evento acadêmico-científico foram 208 inscrições confirmadas e 18 convidados(as) palestrantes.

os resultados à Comissão Local de Permanência Estudantil (CLPE) da unidade universitária.

Por último, foi promovida a socialização dos resultados obtidos por meio da realização de um evento acadêmico-científico intitulado “Permanência material e simbólica: desafios na perspectiva do direito na FCHS Unesp/Franca”,³ realizado nos dias 13 e 14 de maio de 2024, que mobilizou a participação da comunidade acadêmica e externa.

Na programação, a “voz” de representatividade de estudantes, que participam das instâncias democráticas existentes na universidade, foi privilegiada como “palestrantes”, e também os servidores públicos que fazem parte desses coletivos, sendo: profissionais de diversas áreas que atuam na assistência estudantil, direção, gestor da Coordenadoria de Permanência Estudantil (Cope/Unesp), profissionais do restaurante universitário, da ouvidoria, representação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), representações discentes e instâncias deliberativas da universidade, como a Comissão de Moradia Estudantil, Comissão Local de Permanência Estudantil e Centros Acadêmicos.

A ação extensionista — realizada mediante a socialização dos resultados da pesquisa de campo e os debates no evento acadêmico/científico — propiciou a criação de um espaço para reflexões e deliberações coletivas, bem como possibilitou o questionamento dos desafios estruturais que ressoam no acesso e na permanência na referida universidade, promovendo a construção de intervenções que considerem as especificidades e as necessidades materiais/simbólicas dos sujeitos envolvidos.

Desse modo, essa proposta extensionista foi concebida como uma oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos na prática; da mesma forma, evidenciou-se como instrumento de intervenção social capaz de promover o engajamento de estudantes nas questões cruciais para

³ “O presente evento tem como propósito fortalecer a concepção da Assistência Estudantil como um direito na universidade, tanto no contexto da graduação quanto na pós-graduação” (Portal Unesp/Franca, 2024).

a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. A articulação entre teoria e prática, característica fundamental da extensão universitária, foi enriquecida pela interação entre os diferentes agentes envolvidos, cujo compromisso com a construção de um saber crítico e transformador contribuiu significativamente para o alcance dos objetivos propostos pela pesquisa de campo e a ação de extensão comunicativa.

Visando a uma análise aprofundada, o presente texto foi organizado de forma a propiciar uma compreensão das dinâmicas que envolvem a extensão universitária como práxis transformadora. No primeiro momento, procedemos a uma breve contextualização teórica sobre a extensão universitária no Brasil, abordando seus principais marcos legais e normativos, bem como os desafios contemporâneos que obstaculizam sua efetivação como estratégia de transformação social.

Na sequência, apresentamos as potencialidades político-educativas observadas pela experiência da ação extensionista comunicativa, desenvolvida na disciplina “Gestão social e planejamento social” do curso de Serviço Social, no contexto da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Unesp, *campus* de Franca (SP), que integrou o ensino, a pesquisa de campo sobre a permanência estudantil e a efetivação do espaço de debate/reflexão através do evento acadêmico/científico sobre os resultados auferidos no estudo.

Este percurso analítico visa, portanto, questionar as práticas extensionistas à luz da racionalidade neoliberal e apresentar possibilidades de enfrentamentos ancoradas na perspectiva crítica e emancipatória.

1. Contextualização da extensão universitária, desafios contemporâneos e análises teórico-práticas

De acordo com Nogueira (2001), o processo de efervescência do debate sobre a extensão universitária foi gestado após o período ditatorial, especificamente a partir de 1985. Motivado pelo contexto social e político

predominante na década de 1980, o corpo social começou a se mobilizar, por meio de pressões populares, na reivindicação de uma estrutura universitária democrática e acessível, especialmente que favorecesse o público historicamente excluído da educação superior no Brasil: as classes trabalhadoras desprotegidas.

Em conformidade com o documento organizado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 2007, seguem algumas informações sobre os marcos iniciais da presença da extensão universitária no corpo legislativo:

Os primeiros registros oficiais sobre Extensão Universitária aparecem no Estatuto da Universidade Brasileira/Decreto-Lei n. 19.851, de 1931, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024, de 1961, centrados na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência. A Reforma Universitária de 1968, Lei n. 5.540, tornou a Extensão obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior e nas universidades, como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade (FORPROEX, 2007, p. 11).

À luz do exposto, pode-se afirmar que o papel social da extensão universitária abrange diversas compreensões, não se esgotando como um conceito unidimensional ao longo de sua construção e validação no âmbito legislativo. É importante salientar que essa correlação de forças em torno do conceito de extensão universitária envolve tanto a defesa de uma concepção mercantil — que prevê não apenas a prestação de serviços/assistência, mas também a estratégia de privatização da universidade pública — quanto seu sentido antagônico.

Este último, por sua vez, luta por um projeto de extensão que incorpore os princípios da democracia, da horizontalidade, da crítica radical à sociabilidade vigente, e que desenvolva ações destinadas a fortalecer a luta dos trabalhadores, atuando em conjunto com os segmentos sociais organizados, especialmente os movimentos sociais/educacionais populares. Portanto, esse conceito defende uma universidade gratuita e socialmente referenciada.

Nesse contexto, ao abordarmos uma proposta de extensão universitária afiançada no projeto de fortalecimento das lutas das classes trabalhadoras, que admite a educação na concepção de um direito fundamental e democrático, torna-se crucial considerar as contribuições oriundas do movimento estudantil.

Conforme debatido por Mesquita (2003), a dimensão política e pedagógica assumida pelo movimento estudantil, que historicamente envolveu a participação de estudantes, docentes, servidores e demais atores da comunidade acadêmica, bem como o protagonismo dos sujeitos destinatários das ações (a comunidade) na incessante tentativa de consolidar uma universidade pública socialmente referenciada, revela nessa trajetória o compromisso pela luta e pela defesa de uma universidade alinhada com as demandas sociais expressas na realidade.

A potencialidade política manifestada especialmente durante o período ditatorial no país (1964-1985) evidenciou a robustez da extensão universitária, mesmo diante de um contexto permeado por violências, repressão e censura política (Medeiros, 2017). Apesar dessa contradição em torno da extensão universitária, foi nesse momento que foi institucionalizada pelo Ministério da Educação (MEC) em 1975, a partir da elaboração do Plano de Trabalho da Extensão Universitária, validando sua legitimidade e a importância do trabalho extensionista a ser desenvolvido nas universidades públicas (Medeiros, 2017).

Outra referência significativa na trajetória da extensão universitária no Brasil emerge a partir da década de 1980. Nesse período, destaca-se a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Entre as pautas abordadas nas discussões coletivas que fundamentaram a criação do Fórum, destacou-se a reflexão sobre o papel social da universidade pública, bem como sua interação com a comunidade.

A proposta de extensão delineada pelo referido Fórum não deve ser vista como um movimento apartado do contexto histórico que permeava as universidades públicas no país, tampouco devemos reduzir seus efeitos

a uma mera concessão legislativa. É fundamental compreendê-la de modo processual, como conquistas políticas resultantes de lutas e resistências, creditando especialmente o protagonismo coletivo de movimentos sociais e educacionais que, no âmbito nacional, articularam uma inédita sistematização das experiências em extensões universitárias — envolvendo planos de ações tanto no âmbito teórico quanto ao prático —, direcionados no trabalho em conjunto com a comunidade nas universidades públicas em todo Brasil (Oliveira *et al.*, 2013).

No que concerne ao progresso e ao reconhecimento formalizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei n. 9.394/1996) em relação às ações extensionistas e pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), foi viabilizada a universalização das ações mediante a validação de 10% dos créditos curriculares destinados às atividades extensionistas realizadas no âmbito da graduação. Apesar desse avanço, persistem alguns desafios que cerceiam a efetivação da extensão universitária no ambiente acadêmico.

Nesse contexto, podemos citar a herança conservadora presente nas estruturas universitárias como elemento que nunca saiu de cena, especialmente devido às marcas do elitismo presente no ambiente universitário, o qual restringe a incorporação de uma práxis pedagógica e não considera o saber popular na confecção do conhecimento científico. Ademais, em virtude da ausência de uma dotação orçamentária e de possibilidades concretas para o desenvolvimento contínuo, de qualidade das ações extensionistas, verifica-se a privatização velada ou não das instituições de educação superior pública em todo o território nacional por intermédio dos incessantes cortes orçamentários, mas também pelas inserções e/ou pelas parcerias com fundações empresariais nas unidades de ensino.

Nesse bojo, existem outros desafios que afetam a afirmação de práticas extensionistas em conformidade com as diretrizes estabelecidas no terceiro Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Um dos principais obstáculos para a consolidação da extensão universitária nas instituições

públicas é a debilidade nas condições laborais das universidades que, por sua vez, reflete na precarização do trabalho e na formação de toda comunidade acadêmica.

No aspecto das relações de trabalho, podemos constatar nas universidades públicas uma tendência considerável de trabalhadores com vínculos de trabalhos precarizados, ou seja, os chamados “terceirizados” ou “colaboradores”, e essa terceirização alcança desde os serviços de vigilância predial até as áreas técnicas e de docência.

Os rebatimentos dessa trama se evidenciam no âmbito acadêmico, especialmente quando consideramos a precarização do trabalho docente, as condições da formação acadêmica/profissional e suas repercussões na pós-graduação/graduação.

A precarização e o produtivismo presentes nas atividades laborativas do corpo docente — que se reverberam na formação de discentes da pós-graduação e da graduação — questionam as possibilidades em conciliar as atividades extensionistas com outras responsabilidades profissionais, acadêmicas e vida pessoal. Aliados aos desafios organizacionais que envolvem a execução dos projetos, conflitos interpessoais e desconhecimento da dimensão educativo-social da extensão universitária, essas são questões ostentadas na dinâmica acadêmica.

Além do mais, deve-se considerar, em alguns casos, a existência do desconhecimento — mas também, em outros, uma resistência — em considerar a extensão comunicativa como ferramenta político-pedagógica de intervenção capaz de promover a inclusão educacional, social e política da comunidade envolvida e, na mesma medida, há uma desvalorização de seu potencial para a formação acadêmica, tanto na construção de conhecimento como ferramenta pedagógica para a práxis docente.

A partir do que foi aqui apresentado, podemos inferir que todos os aspectos destacados em nossa análise sobre os desafios inerentes à extensão universitária são de ordem estrutural e, desse modo, só podemos enfrentá-los coletivamente mediante a organização social e política de vários segmentos que compõem a comunidade. Eis, portanto, o grande

desafio que nos atravessa diante de um contexto extremamente adverso e, por vezes, polarizado, para articular, mobilizar e organizar focos de resistências; somados a outros sujeitos, que sejamos capazes de não apenas causar tensionamentos, mas também de alcançar a plena realização do potencial da extensão universitária nas universidades públicas.

Por essa razão, é fundamental atentar aos hiatos presentes nos textos legais que se referem à extensão universitária e compreendê-los de maneira processual e histórica, a fim de que possamos analisar com integridade os desafios e as possibilidades existentes na consolidação de uma práxis extensionista em nossas universidades públicas que sejam prioritariamente sintonizadas na legitimação de direitos. Somente dessa forma será possível coletivizar estratégias, visando organizar uma cultura de extensão que considera a universidade pública como direito a serviço das classes trabalhadoras.

Nesse prisma, com o intuito de fortalecer o debate sobre a extensão universitária e reconhecendo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, avançaremos no próximo tópico, no qual discutiremos a experiência de ação extensionista, a partir do ensino, desenvolvida na disciplina “Gestão social e planejamento social” do curso de Serviço Social, no contexto da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Unesp, *campus* de Franca (SP).

2. Extensão universitária na dimensão político-educativa: reflexões fundamentadas na ação extensionista comunicativa

Em virtude das limitações do presente artigo, não será possível discutir integralmente os resultados quantitativos e qualitativos compilados na pesquisa de campo. No entanto, neste momento, iremos aprofundar as análises sobre as potencialidades e a relevância alcançadas nessa experiência, focando o debate especificamente na dimensão político-educativa

afirmada durante a realização das ações desenvolvidas, sintonizadas no princípio da indissociabilidade: ensino, pesquisa e extensão.

Conforme exposto na Introdução, a pesquisa de campo teve como objetivo avaliar as ações de permanência material e simbólica desenvolvidas na FCHS (Unesp), e para tanto, o estudo foi realizado não só no espaço intraescolar, como também extraescolar.

Desse modo, esta ação (concebida e estruturada de maneira participativa) abrangeu tanto abordagens presenciais quanto remotas. Na modalidade presencial, a pesquisa de campo foi sistematizada durante as aulas, com a participação ativa dos(as) discentes, da estagiária de docência e da docente responsável. Complementarmente, a abordagem remota foi conduzida por meio da execução da pesquisa de campo de modo *on-line*, utilizando a plataforma Google Forms.

Essa plataforma permitiu a aplicação do questionário composto por perguntas sistematizadas, abrangendo tanto questões objetivas quanto discursivas, direcionadas a todos os estudantes da unidade de ensino interessados em avaliar as ações de assistência estudantil.

A metodologia adotada, com ênfase na participação ativa, mobilizou toda a comunidade acadêmica. Os discentes do 4º ano do curso de Serviço Social (turmas matutino e noturno) contribuíram como responsáveis e participantes da pesquisa de campo, atuando de forma significativa na condução, na coleta e nas análises dos dados. A estagiária desempenhou um papel fundamental na sistematização e na execução do estudo, enquanto a docente coordenou a construção e a implementação da pesquisa.

Posteriormente (na etapa da socialização dos resultados da pesquisa de campo e da realização do evento acadêmico-científico), discentes, docentes, servidores técnico-administrativos, estudantes de pós-graduação, gestor da Coordenadoria de Permanência Estudantil (Cope/Unesp), profissionais de diversas áreas que atuam na assistência estudantil, direção, profissionais do restaurante universitário, da ouvidoria, da representação da ABEPSS, de representações discentes e instâncias deliberativas da universidade, como a Comissão de Moradia Estudantil, Comissão Local

de Permanência Estudantil e Centros Acadêmicos, foram convidados como palestrantes.

Este evento promoveu diversas palestras e debates,⁴ nos quais foram discutidos aspectos relevantes e práticas desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil, possibilitando um espaço de reflexões e análises sobre o impacto das ações realizadas na unidade de ensino.

A participação da comunidade externa no referido evento foi viabilizada por meio de convite amplamente divulgado em canais de comunicação institucionais, como redes sociais e a página oficial da universidade. Além disso, o convite foi estendido ao Cursinho Popular — curso de preparação para vestibular com longa trajetória —, vinculado à unidade de ensino, que atende a estudantes da cidade de Franca (SP), interessados em prestar vestibular em diversas universidades.

O evento, de caráter gratuito e com participação livre, foi realizado nas dependências da universidade. Tal estratégia de aproximação com a comunidade externa fomentou a participação nas discussões sobre os resultados da pesquisa de campo, refletindo as contribuições e as perspectivas de todos os envolvidos.

Neste processo de ação-reflexão-ação (Oliveira *et al.*, 2013), por intermédio dos resultados atingidos pela pesquisa de campo e da ação extensionista comunicativa, bem como das discussões e dos encaminhamentos efetuados após a realização do referido evento, foi possível debater sobre os temas prioritários da permanência material e simbólica na universidade, por exemplo, responsabilidades e problematização dos conflitos que surgem no cotidiano, como pautas que foram coletivizadas no intuito de tomar decisões e construir conhecimentos e planos de ações, elaboradas pelos sujeitos que experienciam na prática as ações

⁴ Os temas das palestras e dos debates efetuados no evento acadêmico-científico foram: (1) A concepção e a relevância da assistência/permanência estudantil; (2) Apresentação dos resultados da pesquisa “A gestão da permanência estudantil: análises para a construção de uma Política de Assistência Estudantil na FCHS Unesp, *campus* de Franca”; (3) A assistência estudantil na FCHS; (4) Assistência estudantil na FCHS na perspectiva dos(as)(es) discentes; (5) Vivências e expectativas referentes à Pós-Permanência; e (6) representação da ABEPSS.

de assistência estudantil (estudantes e servidores), sendo possível, nesse exercício de planejamento participativo, a coleta de informações, além da elaboração de estratégias orientadas pelo objetivo comunitário (aprimoramento do acesso e permanência na universidade).

Nessa ótica, o saber científico e o popular se complementam num esforço de superação da descontinuidade e da fragmentação da história e do saber das classes dominadas. Esse esforço de superação de uma consciência ingênua ou mágica para alcançar uma consciência crítica não é só das classes populares, mas também dos próprios estudantes (Oliveira *et al.*, 2013, p. 392).

A partir desse exercício interativo das diversas áreas e formas de saber — articulando o conhecimento advindo de discentes da graduação, da pós-graduação, de profissionais, servidores, docentes e comunidade externa (incluindo estudantes de ensino médio e egressos do curso de Serviço Social) —, foi possível sedimentar o processo de aprendizagem na dimensão científica e popular, alcançando seu pleno potencial participativo. A oportunidade de debater e construir, a partir de demandas e tensionamentos concretos manifestados tanto pelo público destinatário das ações de assistência estudantil na universidade quanto pelos trabalhadores responsáveis por sua gestão/execução, possibilitou, nesse espaço de intercâmbio, a partilha de perspectivas, saberes e estratégias de enfrentamentos.

O desenvolvimento da ação extensionista comunicativa na universidade revelou-se fundamental para o fortalecimento da dimensão político-educativa da formação acadêmica, reafirmando o compromisso institucional com a democratização do conhecimento. Por conseguinte, contribuiu para o processo de politização dos indivíduos, sendo uma estratégia que se materializa por meio de pequenas ações, com o horizonte destinado para a transformação social.

A partir de uma perspectiva crítica da extensão comunicativa, conforme proposta por Freire (2014), compreendeu-se a importância de

estabelecer uma relação dialógica entre a universidade e a sociedade. Essa relação foi concretizada por meio da participação da comunidade externa, de estudantes do ensino médio da cidade-sede da universidade, de profissionais, incluindo supervisores de campo de estágio em Serviço Social e de egressos da Unesp, *campus* de Franca (SP), superando, assim, a lógica verticalizada de transmissão de saberes.

Nesse sentido, a estratégia extensionista viabilizou a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, reafirmando a indissociabilidade do tripé universitário e oportunizando a formação na dimensão política e social (Freire, 2014). Ao reconhecer e integrar diferentes perspectivas à produção acadêmica, a ação extensionista comunicativa conferiu visibilidade às potencialidades da universidade como espaço de construção coletiva do conhecimento, em consonância com o princípio da educação emancipadora, conforme defendido por Freire (1987).

Ademais, essa experiência possibilitou evidenciar que a ação extensionista comunicativa pode configurar-se como prática contra-hegemônica, ao tensionar e desafiar a estrutura universitária, historicamente marcada por padrões elitistas e excludentes. Nesse processo, ao legitimar a participação e o fortalecimento das pautas coletivas das classes trabalhadoras, a extensão universitária assume papel estratégico na construção de processos educativos comprometidos com a transformação social.

Essa construção evidencia que a universidade, ao assumir sua função social de maneira crítica e reflexiva, contribui para a efetivação dos direitos sociais e para o fortalecimento da democracia. A extensão universitária, nesse contexto, reafirma-se como práxis transformadora, na medida em que fomenta a formação de profissionais críticos, politizados e socialmente responsáveis. Portanto, o desenvolvimento da ação extensionista comunicativa analisada não apenas fortaleceu a dimensão político-educativa, mas também reafirmou a relevância da universidade pública como espaço de resistência, produção de conhecimento crítico e transformação da realidade social.

Nessa conjuntura, torna-se impreterível abordar, ainda que brevemente, as contribuições do Serviço Social que se coadunam com a dimensão político-educativa empreendida na referida ação extensionista. Tal profissão destaca-se por priorizar a participação popular, promovendo a construção de um espaço universitário que seja inclusivo e democrático, reafirmando nesse íterim o compromisso ético-político com as classes trabalhadoras.

A partir das ações desenvolvidas e de suas repercussões, foi possível suscitar questionamentos e reflexões acerca das demandas coletivas expressas nos debates e nos encaminhamentos realizados. Ademais, as potencialidades advindas da ferramenta dialógica, empregada ao longo de todo o processo da ação extensionista comunicativa, permitiram o fortalecimento da participação popular e do controle social na dimensão transdisciplinar. Este método de abordagem, além de legitimar a dimensão educativa e ética do Serviço Social, viabilizou a capacidade de mobilização social e atuação política orientada pelos interesses da comunidade universitária.

O potencial mobilizador inerente às ações extensionistas, ciente da fragmentação existente entre os saberes populares e científicos, direciona-se, em primeiro lugar, ao reconhecimento e à valorização do saber popular. Para que essa integração seja efetiva, é necessário adotar estratégias criativas que favoreçam a confluência do conhecimento acadêmico-científico com as múltiplas formas de saberes originados na vivência popular. Esse processo educativo destaca as potencialidades de tal integração e sublinha a importância de superar a dicotomia entre esses saberes.

Nessa ótica, fragmentar as diversas formas de conhecimento é, em última análise, invalidar as ricas contribuições dos sujeitos diretamente implicados nas realidades estudadas, limitando tanto o potencial de compreensão quanto a capacidade transformadora inerente ao conhecimento. Nesse sentido, a integração dos saberes se revela como uma necessidade metodológica e estratégia epistemológica imprescindível para desvelar

as complexidades da realidade social, promovendo sua transformação em direção a um paradigma emancipatório.

Ao promover uma síntese dialética entre o saber popular e o saber científico, as ações extensionistas ampliam o escopo do conhecimento produzido e potencializam a capacidade crítica dos sujeitos envolvidos. Essa articulação entre diferentes formas de saberes assume um caráter epistemológico e político de extrema relevância, na medida em que desafia e subverte as tradicionais hierarquias que tendem a desvalorizar os conhecimentos oriundos das práticas e das vivências populares.

Nesse sentido, o processo educativo promovido pela extensão comunicativa transcende a mera transmissão de informações, configurando-se como um espaço de construção coletiva do conhecimento, no qual a reciprocidade e o respeito à diversidade dos conhecimentos são centrais. Ao integrar de forma criativa e estratégica os saberes populares e acadêmico-científicos, essas ações enriquecem o processo de aprendizagem e fortalecem o tecido social, promovendo uma intervenção mais consciente nas realidades estudadas (Oliveira *et al.*, 2013).

Em razão disso, a práxis extensionista universitária emerge como uma força catalisadora de transformação social — pelo conteúdo que mobiliza e pela forma como opera —, desafiando a fragmentação do conhecimento e promovendo uma verdadeira democratização do saber. Esse movimento, ao valorizar as vivências e as contribuições daqueles diretamente imersos nas realidades abordadas, contribui para a construção de um paradigma educativo mais inclusivo, emancipatório e comprometido com a transformação das estruturas sociais vigentes.

Considerações finais

Este estudo oportunizou revisitar a experiência de ação extensionista comunicativa, a partir do ensino e da pesquisa, desenvolvida na disciplina “Gestão social e planejamento social” do curso de Serviço Social, na

realidade da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Unesp, *campus* de Franca (SP).

Em vista do exposto, reafirma-se a extensão universitária não apenas como um espaço de aplicação do saber científico, mas também como um processo dialógico (Freire, 1987), pautado na construção coletiva do conhecimento e na valorização dos saberes populares. Assim, ao articular uma abordagem crítica, dialógica, coletiva e contra-hegemônica, este estudo corrobora a compreensão da extensão como dimensão emancipatória na educação superior, capaz de tensionar assimetrias epistemológicas e fortalecer o compromisso social da universidade.

Vale enfatizar que a concretização de uma ação extensionista em uma perspectiva propositiva não se gesta de maneira linear ou isenta de desafios no espaço socioeducacional. Conforme debatido neste estudo, para além das contradições, há um descompasso entre o que está formalizado legalmente sobre a extensão universitária e a mentalidade social. Por tais razões, a necessidade de reorganização estratégica emerge como elemento central para a viabilização da construção coletiva, exigindo o enfrentamento de tensionamentos e resistências às práticas extensionistas de caráter crítico e interventivo.

Em contrapartida, as análises da assistência estudantil na universidade, a partir dessa experiência extensionista comunicativa, evidenciaram as potencialidades do Serviço Social na articulação com outros profissionais e sujeitos envolvidos no processo. Esse movimento reafirma a política social — nesse contexto, a assistência estudantil — como um campo de intervenção que extrapola a lógica assistencialista, inserindo-se em uma perspectiva crítica e reflexiva (Yazbek, 2018). A interação dialética estabelecida nessa circunstância fortaleceu o caráter interdisciplinar da atuação e possibilitou a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento das desigualdades que perpassam o acesso e a permanência estudantil, reconhecendo a centralidade da extensão universitária como espaço de mediação entre o contexto socioeducacional e a legitimação de direitos.

Afiançada na perspectiva adotada neste estudo, a extensão comunicativa, compreendida como prática dialógica, deve ser fomentada desde o início da formação acadêmica, uma vez que possibilita a articulação entre ensino, pesquisa e realidade social.

No entanto, observa-se que sobre essa temática há um silêncio teórico nas produções acadêmicas, especialmente no campo do Serviço Social, no qual historicamente predomina uma ênfase na formação técnico-operativa em detrimento da indissociabilidade entre teoria e prática (Yazbek, 2018). Essa lacuna reflete a necessidade de ampliar o debate sobre a extensão universitária como eixo estruturante da formação profissional, ressignificando seu papel na construção de um conhecimento crítico, interdisciplinar e socialmente referenciado.

Os princípios que orientam a intervenção do(a) assistente social, fundamentados no Código de Ética Profissional e no Projeto Ético-Político, reafirmam a universidade como um espaço estratégico para a consolidação de ações contra-hegemônicas em defesa das classes trabalhadoras. Todavia, a efetivação desses princípios demanda a incorporação em uma práxis profissional qualificada, por isso é necessário fomentar o debate da extensão universitária nas produções científicas, em grupos de estudos na formação e na atuação profissional, pois se essa temática não está desvelada para profissionais e discentes, como imprimir uma intervenção crítica, que viabilize o enfrentamento das assimetrias sociais nos espaços acadêmicos e o fortalecimento da autonomia dos sujeitos historicamente violentados pela engrenagem capitalista de manutenção de desigualdades?

Nesse sentido, a universidade, ao se constituir como locus de produção e disseminação de conhecimento, deve assumir um posicionamento ético-político comprometido com o fortalecimento das práticas extensionistas que articulem ensino, pesquisa e transformação social. Para tanto, torna-se imprescindível o envolvimento ativo de toda a comunidade acadêmica, promovendo uma formação profissional que transcenda a lógica tecnicista e instrumental, reafirmando o Serviço Social como uma

profissão de caráter interventivo, teleológico e vinculado a um projeto societário na defesa de direitos.

À guisa de conclusão, em consonância com a direção ético-política defendida neste estudo, o compromisso social com a extensão universitária em sua dimensão propositiva coaduna com as orientações teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas preconizadas nos Documentos do Conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social).

Na relação com os usuários, nos limites da sociedade burguesa, a ética profissional se objetiva através de ações conscientes e críticas, do alargamento do espaço profissional, quando ele é politizado — o que implica o compartilhamento coletivo com outros profissionais e o respaldo das entidades e dos movimentos sociais organizados. Isso torna possível uma ação ético-política articulada ao projeto coletivo, adquirindo maiores possibilidades de respaldo nos momentos de enfrentamento e de resistência (Barroco, 2009, p. 21).

Portanto, reafirma-se o compromisso social com o fomento do debate e da prática extensionista no ensino superior público, promovendo uma educação que transcenda os muros da universidade. Para tanto, é fundamental fortalecer a articulação entre universidade e comunidade, democratizando a produção do saber e rompendo com a dissociação histórica entre conhecimento acadêmico e popular.

Referências

BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do serviço social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 dez. 1996.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Extensão universitária: organização e sistematização*. Organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MEDEIROS, M. M. de. A extensão universitária no Brasil: um percurso histórico. *Barbaquá*, v. 1, n. 1, p. 9-16, 2017.

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 66, p. 117-149, 2003.

NOGUEIRA, M. das D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D. S. de (org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Editora UnB, 2001. p. 57-72.

OLIVEIRA, L. C. de et al. Diálogos entre Serviço Social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, v. 114, p. 381-397, 2013.

SANTOS, A. C. S. dos; CRUZ, J. do N.; PALHETA, R. F. S. A importância da atividade extensionista para a promoção de direitos humanos. *Extensão & Sociedade*, Natal, p. 83-89, 2018.

SANTOS, B. de S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (FCHS). *Permanência material e simbólica: desafios na perspectiva do direito na FCHS Unesp/Franca*. Franca, 14 maio 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/permanenciamaterialesimbolica/>.

YAZBEK, M. C. Serviço Social, questão social e políticas sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. *Serviço Social em Revista*, v. 21, n. 1, p. 183-194, 2018.

Sobre as autoras

YUKARI YAMAUCHI MORAES – Assistente social e doutoranda em Serviço Social. Discente de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), *campus* de Franca/SP, Brasil.
E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br

ELIANA BOLORINO CANTEIRO MARTINS – Assistente social e livre-docente em Serviço Social. Docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), *campus* de Franca/SP, Brasil.
E-mail: ebc.martins@unesp.br

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA – Assistente social e doutora em Serviço Social. Docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), *campus* de Franca/SP, Brasil.
E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br